



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

AÇÃO NACIONAL DE LUTA **Lisboa, 24 de abril de 2021**

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF

Caros e Caras Colegas,

Estamos aqui hoje, mais uma vez, na rua, o espaço privilegiado do protesto e da exigência, para reclamarmos o direito à negociação de soluções para os problemas que, com implicação até na vida pessoal, afetam a vida profissional dos professores, seja ao nível da efetivação de direitos, seja da melhoria de condições de trabalho; estamos aqui para voltar a denunciar que o diálogo social, na Educação em Portugal, é pouco mais que ficção e que apesar de o ministro repetir, na Assembleia da República, que ouve as organizações sindicais e de se associar a apelos internacionais que instam os governos a dialogar, é caso para dizer: olha para o que diz Tiago Brandão Rodrigues, não olhes para o que ele faz. Viemos para este espaço, não só pela área, que garante as condições de segurança sanitária indispensáveis, mas porque no Centro Cultural de Belém está sediada a Presidência de Portugal do Conselho da União Europeia, espaço geopolítico no qual o nosso ministério gosta de se apresentar como campeão do diálogo. Não, meus senhores, por cá, diálogo e negociação são, sobretudo, produtos de propaganda para o exterior com raro consumo interno.

Aliás, não é só em relação ao diálogo social que o ministro afasta o discurso da realidade. Ainda no passado fim de semana, em entrevista, repetia que as escolas contavam, este ano, com mais 3300 docentes e 8000 assistentes operacionais. Vamos às escolas, contabilizemos os recursos que efetivamente têm disponíveis e sejamos sérios: apesar das exigências acrescidas com que se confrontam, *grosso-modo*, os recursos pouco ou nada diferem dos que já tinham e eram insuficientes.

Relativamente à falta de diálogo consequente e de negociação visando encontrar soluções para os problemas, as quatro intervenções anteriores deram-lhes destaque, bem como à falta de vontade política de ME e governo para negociar, não obstante as tentativas da FENPROF. O ME recusa ser interlocutor, como se confirmou no passado dia 16, na reunião realizada, mais uma vez só com a presença dos secretários de estado.

Por esse motivo: neste momento, verdadeiramente, não há carreira docente, mas apenas uma estrutura que serve de referência a uma progressão que desrespeita a vida profissional dos docentes; não há qualquer combate à precariedade, o que há é uma norma com a qual o governo faz cócegas ao problema; não há nenhuma tentativa para que os horários de trabalho dos docentes respeitem a lei e a capacidade humana, tendo em conta a natureza da atividade docente, o que há é um esmifrar de cada minuto para que mais respostas sejam dadas sem

aumento de recursos; não há qualquer medida para rejuvenescer a profissão docente, o que há é um contínuo aumento da idade de aposentação.

Num tempo que o governo considera ser o da transição para a escola digital, é a professores cada vez mais velhos que se exige capacitação para explorar sistemas interativos, competências para recorrer a conceitos de simulação e gamificação, entre outros, e disponibilidade para garantir que todos os alunos estarão conectados através de tecnologia de ponta, destinada, por exemplo, à criação de conteúdos audiovisuais e não só. Pretende-se que sejam eles a criar ambientes inovadores para, por exemplo, se avance na integração de robótica, na iniciação a programação, na impressão 3D ou na realidade virtual como novos métodos de ensino. É verdade que estes professores venceram no passado muitos desafios de futuro, mas também não se peça que sejam eles, agora, a dar estas respostas. Lembremos que falamos da geração que viveu avanços como passar da carta ao fax, do papel químico à fotocopadora ou da máquina de escrever ao computador com o sistema operacional MS-DOS. É uma geração com muitas e boas provas dadas, mas não se exija que seja ela, agora, o esteio da transição digital; é preciso dar lugar às gerações jovens.

A não resolução de problemas que há muito se arrastam e para os quais, só na atual legislatura, a FENPROF entregou propostas concretas ao ME em quatro momentos – 2 de março e 8 de outubro de 2020; 7 de janeiro e 16 de abril de 2021 – resulta, antes de mais, de falta de vontade política do governo e falta de respeito pelos professores. Não respeitar os professores e a sua vida profissional, ninguém esquece, até já levou o atual Primeiro-Ministro, em 3 de maio de 2019 (ainda não passaram dois anos), a ameaçar com a demissão do governo.

Mas nem precisamos de recuar tanto. Ainda na passada quinta-feira, perante diversos projetos de lei e de resolução em debate e votação no Parlamento, sobre concursos, estabilidade e combate à precariedade do pessoal docente, os deputados do PS votaram contra todos. Não conseguiram chumbar todos, mas foram rejeitados aqueles em que, por abstenção ou voto contra, tiveram a companhia da direita parlamentar. É caso para perguntar o que tem ou o que move o governo e o PS contra os professores.

É claro que há falta de vontade política a que se junta um pensamento economicista. Mas há desrespeito e embirração, a ponto de haver questões que, quase não tendo impacto financeiro, continuam por resolver, como são exemplo a não contagem do tempo de serviço prestado pelos educadores de infância em creches ou a não criação dos grupos de recrutamento de Intervenção Precoce ou Teatro. Quanto à vinculação dos docentes das escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis, que estão aqui presentes e saúdo, nisso saíram as contas erradas ao Ministério da Educação porque ainda há uma semana recusou as propostas apresentadas pela FENPROF e agora a Assembleia da República aprovou os dois projetos de lei que preveem essa vinculação. Este é mais um exemplo de que lutar vale sempre a pena, como estes colegas fizeram, sendo, no entanto, necessário acompanhar, a partir de agora, o trabalho parlamentar e garantir que em 1 de setembro os colegas que reunirem os requisitos irão ingressar no quadro.

Também é desrespeito e abuso não pagar as despesas do teletrabalho; é desrespeito e abuso considerar que aqueles que têm de se deslocar entre escolas para observar aulas de colegas, no âmbito da avaliação de desempenho, o podem ou devem fazer de forma graciosa e para além do seu horário de trabalho, por se tratar de um ato de solidariedade. Não são toleráveis estes abusos e este desrespeito pelos professores

Colegas, outros aspetos há, de atualidade, que não poderíamos deixar de assinalar:

O designado plano de recuperação de aprendizagens perdidas ou prejudicadas pelo ensino a distância. Que se pronunciem e decidam as escolas sobre que medidas adotar, certos de que o que serve a uma não tem de servir às outras. Pela nossa parte, consideramos que um plano de recuperação de aprendizagens terá de ser elaborado de forma estruturada, assentando no projeto educativo da escola ou agrupamento e no trabalho de professores devidamente qualificados, pois os défices de aprendizagem não são resultado do ensino a distância. Este apenas os evidenciou, agravando-os. Como tal, seria um erro optar por medidas avulsas como ocupar o período de férias, com escola em cima da escola, recorrer a licenciados sem habilitação para a docência, desprofissionalizando o exercício da profissão, ou iniciar a atividade letiva sem que os primeiros dias de setembro fossem para trabalho de preparação e organização da atividade.

Uma nota também para a prevenção e segurança sanitária das escolas. A realização de testes e a vacinação, por si só, não eliminam o risco e a prova disso é que são cada vez mais as turmas a regressar a casa e as escolas em que são registadas infeções. Não queremos novo encerramento geral, mas lembramos que as escolas continuam sem reforçar medidas elementares, como a garantia de distanciamento físico, e, também, que muitos professores não foram ainda vacinados. A FENPROF está a fazer um levantamento de casos, e já detetou escolas com elevado número de docentes por vacinar.

Concluo, insistindo na necessidade de o Ministério da Educação abandonar a atitude anti negocial que, há muito, adotou, sendo hoje a principal causa de arrastamento e agravamento de problemas que afetam os professores, as escolas e os alunos. E se a procura de soluções por via negocial é exigência de sempre, é com legitimidade acrescida que ela se reitera neste fim de semana em que assinalamos mais um aniversário do 25 de Abril. Os sindicatos e a negociação coletiva são elementos essenciais da democracia, pelo que fraca será a qualidade de uma democracia em que os detentores do poder desvalorizam a negociação e as organizações sindicais, como tem sido prática, em particular do Ministério da Educação.

Mas, colegas, não será este bloqueio que nos fará desistir, pelo contrário, quanto mais ele se acentuar, mais se acentua a necessidade de pressionarmos, lutando. Outros já tentaram a via do bloqueio, mas não foi isso que impediu que, por exemplo, tivéssemos acabado com a divisão da carreira, com os supranumerários e a requalificação, com as BCE, com a PACC ou com os cortes salariais. E não impediu porque os professores não desanimaram, não baixaram os braços, não deixaram de lutar. E é o que farão mais uma vez, prosseguindo a sua luta. Assim, não havendo alteração na atitude do Ministério da Educação, vamos levar o protesto ao governo, reclamando, com ações específicas a desenvolver ao longo do mês de maio, junto ao Conselho de Ministros quando este estiver reunido: dia 6 de maio, daremos destaque ao problema da precariedade e à necessidade de rever o regime de concursos; dia 13, será destacado o problema do envelhecimento e a necessidade de serem tomadas medidas destinadas a rejuvenescer o corpo docente; dia 20 serão os abusos e ilegalidades dos horários de trabalho a merecer destaque, num quadro mais global de melhoria das condições de trabalho; por último, a 27 de maio, iremos destacar os problemas da carreira, uma carreira que tem sido desvalorizada, o que está a retirar atratividade à profissão e, por essa razão, a afastar os jovens. Se o silêncio continuar a ser a opção do governo e do ME, outras ações e formas de luta serão levadas por diante.

Aos professores e educadores, a FENPROF, como organização mais representativa do setor em Portugal, deixa a garantia de continuar a cumprir o seu papel, a assumir as responsabilidades que tem para com todos e a honrar o compromisso de sempre: defender os profissionais que representa, contribuindo para que a Profissão de Professor seja uma profissão com futuro e, portanto, uma profissão do futuro.